

As pequenas cidades: enfrentamentos para um território coeso

Small cities: obstacles for a cohesive territory

André Aparecido da Silva Araujo

Aluno do Mestrado Profissional em Geografia, FCT-UNESP, Brasil
andre.a.araujo@unesp.br

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a paisagem das pequenas cidades brasileiras, evidenciando que - apesar de diminutas - possuem problemas e muitos desafios em relação ao seu ordenamento territorial. Desta forma, nosso objetivo é levantar um debate teórico acerca de dois pontos específicos: a necessidade de reconhecer as cidades pequenas a partir de suas peculiaridades e um levantamento dos principais obstáculos para a estruturação de um território menos desigual, tendo como objeto empírico a pacata cidade de Alfredo Marcondes-SP.

É importante ressaltar o propósito descritivo e a abordagem qualitativa dessa pesquisa, endossada pelos seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica dos temas pertinentes e um estudo de caso na cidade de Alfredo Marcondes-SP. Assim, pretende-se colocar em pauta a discussão sobre as cidades que pululam em todo território nacional: as cidades pequenas. Dessa forma, o principal resultado dessa pesquisa consiste em ampliar o debate sobre essas cidades, elucidando que o crescimento urbano precisa ser endossado por medidas urgentes que valorizem a paisagem mais democrática que uma cidade possui: seus espaços públicos livres.

PALAVRAS-CHAVE: Cidades pequenas. Espaços livres. Alfredo Marcondes-SP.

ABSTRACT

The present work focuses on understanding the landscape of small Brazilian cities, showing that - despite being small - they have problems and many challenges in relation to their territorial planning. Thus, our objective is to raise a theoretical debate on two specific points: the need to recognize small towns based on their peculiarities and a survey of the main obstacles to the structuring of a less unequal territory, having as empirical object the quiet city by Alfredo Marcondes-SP.

It is important to emphasize the descriptive purpose and the qualitative approach of this research, endorsed by the following methodological procedures: bibliographical review of the pertinent themes and a case study in the city of Alfredo Marcondes-SP. Thus, it is intended to bring to the agenda the discussion about cities that are present throughout the national territory: small towns. Thus, the main result of this research is to broaden the debate on these cities, elucidating that their urban growth needs without the endorsement of urgent measures that enhance the most democratic landscape that a city has: its public spaces.

KEYWORDS: *Small cities. Landscape architecture. Alfredo Marcondes-SP.*

1 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

O desenvolvimento urbano do Brasil é um processo que desenhou na paisagem cidades marcadas por severos problemas sociais, ambientais e econômicos. Segundo Villaça (2003):

A cidade brasileira é hoje o país. O Brasil está estampado nas suas cidades. Sendo o país, elas são a síntese das potencialidades, dos avanços e também dos problemas do país. Vamos falar dos problemas. Nossas cidades são hoje o locus da injustiça social e da exclusão brasileiras. Nelas estão a marginalidade, a violência, a baixa escolaridade, o precário atendimento à saúde, as más condições de habitação e transporte e o meio ambiente degradado. Essa é a nova face da urbanização brasileira (VILLAÇA, 2003, p.29).

A descrição do autor expõe uma realidade permeada de enfrentamentos que são perceptíveis de norte a sul do país. É urgente ressaltar que essa problemática não se consolida como exclusividade das metrópoles e cidades grandes, cabe perceber que a outra faceta da urbanização brasileira, expressa pela enorme quantidade de cidades pequenas, também passa por esses dilemas. Como exemplo pode-se citar inúmeros problemas: o fato desses núcleos crescerem “deixando vazios”, mesmo possuindo banco de terras, seguindo a lógica da especulação imobiliária e segregando os que menos têm; a dificuldade de gestão do território municipal (tanto área urbana como área rural); a ausência ou escassez de articulação política e de legislação específica para o ordenamento do crescimento urbano (70 % dos municípios brasileiros não são obrigados a elaborar o plano diretor); e as problemáticas relacionadas aos espaços públicos, em especial a precariedade das calçadas e a falta de qualidade projetual das praças e parques.

Diante dessa complexa realidade, o trabalho pretende discutir a importância das cidades pequenas no contexto da urbanização brasileira, bem como apontar alguns dos desafios que essas cidades tão diversas enfrentam. Por meio do exemplo da cidade de Alfredo Marcondes, objetiva-se elucidar o conteúdo abordado no decorrer do texto. À guisa da conclusão, aponta-se a necessidade de olhar para essas cidades, bem como propor meios de produção do espaço urbano que priorizem a articulação territorial por meio dos atributos que a paisagem exprime, destacando a necessidade de renovação dos espaços públicos livres.

2 METODOLOGIA

Urge salientar o propósito descritivo desse artigo que se propõe em fazer uma leitura cuidadosa a respeito da paisagem dos pequenos municípios brasileiros e dos problemas evidenciados em seu território. Para tanto, destaca-se a abordagem qualitativa desta pesquisa, endossada pelos seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica a respeito dos temas: cidades pequenas, os obstáculos que permeiam sua realidade e o reconhecimento da urgência de medidas que enfoquem a gestão do território desses municípios; por fim um estudo de caso na cidade de Alfredo Marcondes-SP, evidenciando problemas e obstáculos no tocante aos espaços públicos livres.

3 DISCUSSÃO

3.1 Cidades diversas

Os estudos relacionados à cidade contemporânea, na grande maioria das vezes, partem de enfoques a partir das grandes cidades. Como afirma Sposito, “os problemas se evidenciam nas metrópoles e geram muito mais pesquisas sobre elas” (SPOSITO, 2009, p. 40). A riqueza de estudos relacionados com as dinâmicas das metrópoles sempre esteve em destaque nas discussões de arquitetos e geógrafos. Apesar do avanço em compreender a necessidade de metodologias próprias para a discussão de pequenas cidades, a produção de pesquisas e investigações relacionadas ao tema ainda se encontra difusa. Diante disso, sobressai um aspecto crucial para entender as pequenas e médias cidades: sua diversidade quando comparadas entre si. Beatriz Soares e Nágela Melo (2009) exaltam:

Em síntese, as pequenas cidades no Brasil, entendidas enquanto espacialidades que compõem a totalidade do espaço brasileiro, na condição de partes integrantes e interagentes, são marcadas pela diversidade. Tal característica pode ser entendida a partir do contexto regional em que estão inseridas, pelos processos promotores de sua gênese, bem como no conjunto de sua formação espacial (SOARES e MELO, 2009, p. 36).

Toda heterogeneidade imposta no estudo de pequenas cidades nos coloca diante de um problema de classificação. Visto que cada cidade possui diferentes modos de produção do espaço urbano, agentes produtores diversos, contradições socioespaciais únicas e formas muito peculiares de se impor na rede de cidades do país. Diante disso é válido adjetivá-las considerando apenas o aspecto densidade populacional? As figuras a seguir (Figuras 1, 2 e 3), evidenciam exemplos de pequenas cidades no território brasileiro, suficientes para elucidar a diversidade citada pelas autoras.

Figura 1 - Município de Rosana-SP: com população estimada de 15.928 habitantes, a cidade conta com duas usinas hidrelétricas. As usinas contribuíram para a implantação de universidades e estimulou o turismo na região



Fonte: Prefeitura Municipal de Rosana, sem data.

Figura - 2 Município de Toritama-PE: com população estimada de 47.088 habitantes e incrustada no agreste pernambucano, Toritama é conhecida como a capital do jeans. O trabalho informal representa 94,86% do total. Nas calçadas e becos, crianças, jovens, homens e mulheres se revezam no trato dos tecidos. A imagem ilustra a Feira do Jeans, atraindo pessoas de todo Brasil



Fonte: Portal G1 Notícias, 2019.

Figura - 3 Município de Alfredo Marcondes-SP. Com população estimada de 4.184 habitantes, a cidade se tornou potencial atrativo de emprego para jovens das demais cidades vizinhas, devido às fábricas de módulos amplificadores para som automotivo e produção de móveis religiosos. Destaca-se no campo a produção mecanizada de batata doce e de gado bovino



Fonte: Google Earth, 2021.

O método de classificação das cidades por meio do número de habitantes nos conduz a uma escala de grandeza que não leva em conta os demais aspectos. Sposito (2009, p. 13-14) ressalta que se deve “empreender um esforço para superar a adoção desses adjetivos de pequenas e médias, cidades pequenas e cidades médias”, visto que não “são suficientes para caracterizar as cidades não metropolitanas”. Complementa a autora: “a realidade das cidades pequenas e médias é extremamente plural para que se continuem adotando, no plano teórico-conceitual, esses dois adjetivos”.

A questão torna-se mais interessante quando se considera a complexa realidade do território brasileiro.

[...] Uma cidade média em uma região pobre, como o Nordeste brasileiro, tenderá a não apresentar comércio e serviços tão diversificados e sofisticados quanto uma cidade de mesmo porte em uma região mais próspera, com uma presença bem mais expressiva de estratos de renda médios, como o interior de São Paulo ou o Sul do país, por exemplo (SOUZA, 2003, p. 30-31).

Milton Santos (1982) contribui nesse sentido ao alertar sobre uma possível classificação generalista: “Aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidade no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa” (SANTOS, 1982, p. 69-70). A questão torna-se mais complexa quando consideramos o processo de modernização do campo que essas cidades sofreram: o agronegócio se impõe como ator transformador de realidades locais e isso se reflete na conjuntura das cidades.

[...] à proporção que o campo se moderniza, requerendo máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada, o mecanismo territorial da oferta e da demanda de bens e serviços tende a ser substancialmente diferente da fase precedente (SANTOS, 1993, p. 50).

O autor complementa afirmando que, apesar de possuírem certa autonomia, “[...] as cidades locais desempenham um importante papel junto às zonas de produção primária, às quais permitem um consumo mais próximo daquele resto da população do país, provocando, como feedback, a expansão da economia urbana” (SANTOS, 2008 [1978], p. 92).

Aproximadamente vinte anos após as publicações de Milton Santos, Fresca (2001) faz uma oportuna análise acerca do tema das cidades pequenas. A autora também concorda com a noção de dimensão mínima para tratar da cidade local. Entretanto, alerta sobre a existência de uma rede muito diversa de cidades, cujas dinâmicas no meio urbano extrapolam o nível mínimo (FRESCA, 2001).

Não deixa de ser interessante encontrarmos cidades cujas populações urbanas oscilam em torno de 2.000 habitantes e aquelas onde tal número chega próximo dos 50.000 habitantes, e ambas sejam consideradas pequenas. Assim, queremos crer que a caracterização de uma cidade como sendo pequena, esteja muito vinculada a sua inserção em uma dada área, região ou rede urbana (...). É preciso pois, o entendimento do contexto sócio econômico de sua inserção, como eixo norteador de sua caracterização, a fim de evitar equívocos e igualar cidades – com populações similares – que em essência são distintas (FRESCA, 2001, p. 28).

Rita Gomes (2009) complementa o debate expondo a importância das pequenas cidades para além das funções básicas provindas do campo. Além disso, considera a importância das redes e dos novos arranjos de articulações das quais, cumprir uma rígida hierarquia urbana, perde cada vez mais importância:

[...] a partir das relações que são estabelecidas no contexto urbano-regional em que se encontram, isto é, o que realmente vai definir a pequena cidade é a sua participação na divisão territorial do trabalho, uma vez que o entendimento da pequena cidade sugere a análise do processo de produção do espaço em sua totalidade (GOMES, 2009, p. 130).

A dificuldade de classificar as cidades pequenas, principalmente por conta da diversidade funcional de cada uma delas, nos possibilita compreender outra característica geral dessas: a maior possibilidade de especialização em relação às cidades maiores.

Enquanto as grandes cidades terão um pouco de tudo, ou muito de tudo, as cidades pequenas serão muito mais diversas: cidades rurais, agrárias, industriais, comerciais, universitárias, dormitórios ou nenhuma das outras. [...] As cidades pequenas tendem a ser marcadas por algum elemento específico que, ao mesmo tempo em que a identifica, cria uma forte dependência (BAUMGARTNER, 2012, p. 65-66).

Percebe-se que nas últimas décadas mudanças significativas se impuseram na rede de cidades brasileiras. Tratar de cidades pequenas é um dilema que extrapola a noção diminuta da vida pacata atrelada ao campo e da concepção de espaços calmos, bucólicos e com tempo diluído. Muitos fatores permitiram essa mudança, o próprio mercado, onde “bens e serviços tornaram-se muito mais abrangentes em razão das necessidades ou imposições do sistema de consumo à população urbana” (FRESCA, 2011, p. 78). Corrêa (1999), ainda no tocante à globalização, aponta que as cidades pequenas passaram por um processo de refuncionalização a partir do século XX, mudanças que se materializaram de duas formas possíveis: através de uma perda de centralidade por conta de intervenções oriundas de espaços hegemônicos que se refletem na circulação e no processo produtivo e o segundo:

[...] diz respeito à transformação do pequeno núcleo em razão do surgimento de novas atividades, induzidas de fora ou criadas internamente, que conferem uma especialização produtiva ao núcleo preexistente, inserindo-o, diferentemente, na rede urbana e nela introduzindo uma complexa divisão territorial do trabalho (CORRÊA, 1999, p. 50).

Observamos o esforço de diversas autoras e autores no sentido de superar os critérios quantitativos para fins de classificação das pequenas cidades, principalmente por conta da diversidade que elas apresentam em sua conjuntura. Por isso, a necessidade de abordagens e instrumentos metodológicos que considerem as peculiaridades de uma gama de cidades que são únicas entre si, independente da população reduzida.

O imbróglio está na maneira de analisar: se enxergamos essas cidades apenas como um pequeno ponto no contexto de uma rede de cidades, corremos o risco de generalizar paisagens completamente diferentes. Por isso a necessidade de uma abordagem que compreenda, acima de tudo, os processos, os agentes, o contexto regional e sua história. Em outras palavras, essas cidades nos exigem o esforço de compreender suas dinâmicas na escala do cotidiano, a fim de esclarecer suas potencialidades e desafios imbricados no planejamento territorial.

O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *latu sensu* a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida/ conhecida/ reconhecida em todos os cantos (CARLOS, 2007, p. 17-18).

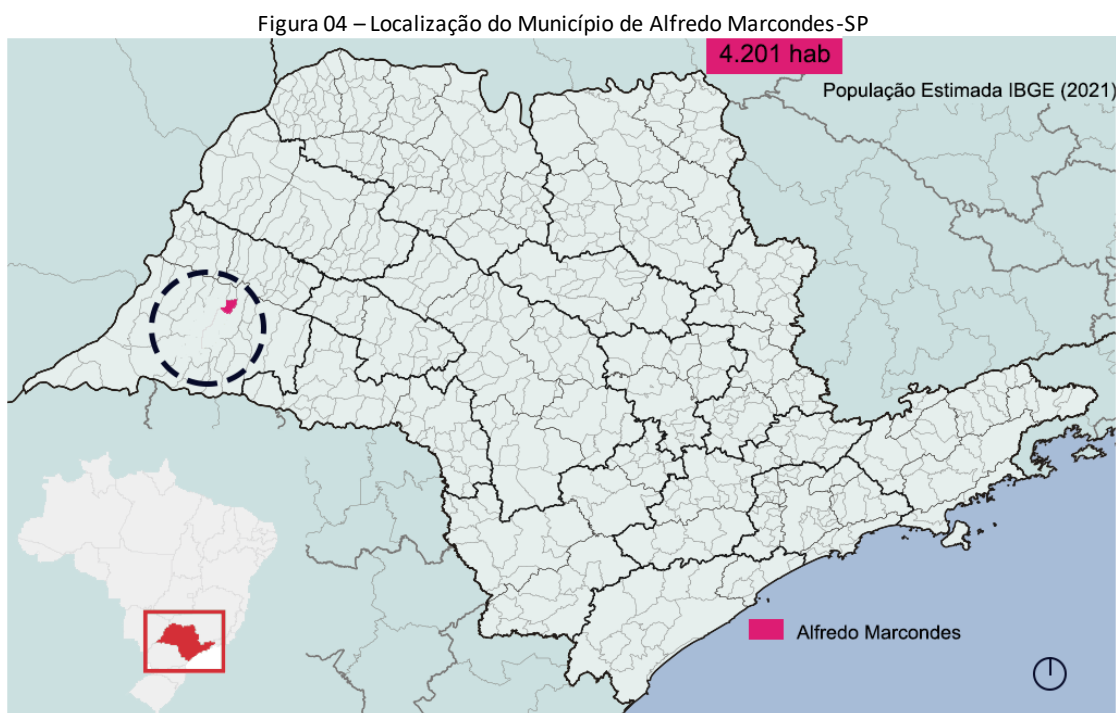
Partindo da percepção exposta pela autora, é possível entender pequenas cidades como expressão consumada do lugar, onde os corpos diariamente modificam e reiteram a experiência do cotidiano. As transformações, permanências e dinâmicas que caracterizam as cidades pequenas são múltiplas. Até o momento, exprimimos alguns pontos que tangenciam

tamanha pluralidade e, conseqüentemente, nos alerta sobre a urgência de novos métodos para entender a pluralidade desse vasto mundo. Nesse sentido, faz-se necessário conceder a devida importância para metodologias que se preocupam com as particularidades do lugar.

Maia (2009), por exemplo, destaca o trabalho de campo, dando ênfase na necessidade da observação direta, pois é a partir da “maior aproximação com essas localidades, que se pode apreender essas realidades” (MAIA, 2009, p. 155). Desvendar as cidades pequenas por meio do “conhecimento dos costumes, dos hábitos, da vida cotidiana dos seus habitantes e ainda do tempo que rege essas localidades” (MAIA, 2009, p. 155). Entendendo que “a análise e a compreensão da pequena cidade requer que sejam considerados os laços de sociabilidade que são construídos ao longo da história de vida cotidiana do povo e do lugar” (GOMES, 2009, p. 131).

3.2 Apontamentos sobre os espaços públicos livres de Alfredo Marcondes-SP

Além do esforço de compreender as diferenças, semelhanças e formas de apreensão das cidades pequenas, coube-nos realizar um estudo de caso que permita compreender mais a fundo o espaço público não edificado da pequena cidade. Assim, espera-se identificar alguns parâmetros, bem como averiguar os modos de produção na concepção desses espaços. Adotamos a cidade de Alfredo Marcondes-SP, localizada no interior do Estado de São Paulo na Mesorregião de Presidente Prudente-SP (Figura 4).



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Estabelecemos três campos de investigação para entender o espaço público livre de Alfredo Marcondes: as calçadas, a disposição dos espaços públicos livres (praças e parques) na malha urbana e a qualidade ambiental dos espaços públicos (vegetação e mobiliário urbano).

3.2.1 As calçadas

Segundo a ANTP- Associação Nacional de Transporte Público (1999), os movimentos de pedestres correspondem a grande parcela dos deslocamentos urbanos, sendo maioria em cidades pequenas. Portanto, analisá-las no contexto das cidades pequenas é crucial, pois representam parcela considerável dos espaços públicos destas cidades. O processo de análise das calçadas foi feito por meio da tabela proposta por Miranda e Cabral (2005). A presença da cor rosa indica que o problema analisado está presente na cidade.

Tabela 01 - Problemas encontrados nas calçadas de Alfredo Marcondes, conforme os fatores propostos por Miranda e Cabral (2005).

1. Fatores que expõe o pedestre ao contato com veículos	
Inadequação dos passeios para atender aos fluxos de pedestres	■
Ciclos semafóricos inadequados	
Abrigos de pontos de embarque e desembarque de passageiros de ônibus de tamanho desproporcional em relação ao passeio, inadequados e em mau estado de conservação	
Desníveis abruptos entre o passeio e as rampas de garagem	■
Ausência de sinalização tátil específica	■
Veículos estacionados indevidamente sobre as calçadas	■
Obras ocupando o espaço dos passeios	■
2. Fatores que diminuem a qualidade do deslocamento pelos passeios	
Passeios com largura insuficiente	■
Instalação inadequada de equipamentos urbanos	■
Presença de vendedores ambulantes nas calçadas	■
Bancas de jornal instaladas inadequadamente obstruindo a faixa livre	
Mobiliário urbano inadequado obstruindo as calçadas	■
Gotas de água pingando de aparelhos de ar condicionado	
Escoamento das águas pluviais provenientes de marquises, calhas, etc.	
Dejetos de animais nas vias	■
Lixo nas vias	■

Fonte: MIRANDA E CABRAL (2005) apud MINISTÉRIO DAS CIDADES (2007), adaptado pelo Autor.

A averiguação das calçadas, como elucidado na tabela, evidencia uma triste realidade imposta no meio urbano: o principal espaço dedicado à circulação de pedestres é extremamente degradado. Problema que afeta a mobilidade urbana e impõe restrições à tão fundamental urbanidade (Figura 05).

Figura 5 – Exemplo da precariedade das calçadas na cidade estudada



Fonte: Produzido pelo Autor, 2021.

As constatações obtidas escancaram que o modelo de cidade baseado no transporte sobre rodas também se interioriza na trama das cidades menores, como consequência, o espaço público destinado à locomoção dos pedestres passa a ser tratado como um espaço residual, cuja importância é reduzida diante as demais partes do sistema de trânsito.

[...] os planejadores municipais acabam criando um sistema de transportes que quase sempre é orientado para atender às necessidades de mobilidade e acessibilidade dos veículos motorizados. O pedestre, embora sendo um elemento que pertença a este mesmo sistema de transportes, acaba tendo uma atenção muito pequena. Sua presença no sistema, somente é percebida e destacada quando se fala em acidentes ocorridos sobre a superfície das vias públicas (AGUIAR, 2003, p. 9)

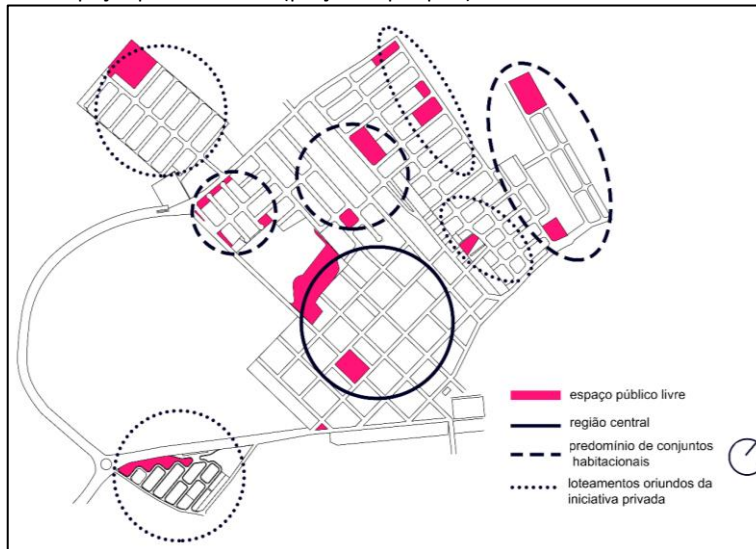
3.2.2 A disposição dos espaços públicos livres (praças e parques) na malha urbana

Por meio da análise da malha urbana da cidade estudada, foi possível concluir que a disposição dos espaços públicos livres pela malha urbana, neste caso praças e parques, está atrelada à lógica de crescimento da cidade. Nota-se a existência de maior quantidade de espaços públicos livres em áreas recentes do traçado urbano, bem como nos locais onde ocorreu a implantação de conjuntos habitacionais de interesse social (Figuras 6).

A região central da cidade possui menos espaços públicos livres, porém com proporções maiores e com atributos ambientais e físicos bem consolidados. Essa tendência pode estar relacionada com o avanço da legislação urbanística do país, em especial devido à Lei de Parcelamento do Solo de 1979, que passou a exigir a destinação de áreas de recreação para a criação de novos loteamentos. Assim, diversos espaços livres na cidade nascem como consequência da aprovação de um empreendimento imobiliário. De acordo com a afirmação de Degreas e Ramos (2015):

As cidades brasileiras apresentam um sistema de espaços livres vinculado ao processo de produção do mercado imobiliário, parcelamento do solo e formas de propriedade. Quer legalmente constituídos, quer provenientes da ilegalidade na ocupação das terras e de seu parcelamento, prevalece no desenho, a cultura da terra como mercadoria de consumo reforçada por políticas públicas e ações públicas que historicamente não foram eficazes na distribuição equitativa de infraestrutura urbana (DEGREAS; RAMOS, 2015, p.1).

Figura – 6: Espaços públicos livres (praças ou parques) na cidade de Alfredo Marcondes-SP



Fonte: Produzido pelo Autor, 2021.

3.2.3 Qualidade ambiental dos espaços públicos livres (vegetação e mobiliário urbano)

Apesar da maior quantidade de praças ou parques nas áreas de expansão urbana, estes são insuficientes no quesito qualidade, visto que possuem pouquíssimos equipamentos de apoio como, por exemplo, mobiliário urbano e escassos exemplares de massa vegetal, o que acaba inibindo os usos e fomentando os processos de abandono. São os espaços públicos livres localizados nas regiões centrais que atraem para si uma maior quantidade de usos. Por se tratar dos primeiros espaços públicos livres da cidade, muitos implantados nos primórdios da formação urbana - como as praças no entorno da igreja matriz- bem como pela localidade que ocupam - rodeados pelo comércio local, prédios públicos e religiosos - esses espaços expõem os laços afetivos relacionados ao pertencimento e a memória dos cidadãos, fazendo inclusive, parte ativa da identidade da cidade (Figura 7).

Figura 7 – Discrepância da qualidade dos espaços públicos livres da cidade analisada conforme a localização que ocupam



Fonte: Produzido pelo Autor, 2021.

4. RESULTADOS

Todas as observações expostas até aqui nos auxiliam a compreender de maneira mais ampla como se concebe os espaços públicos livres (praças, parques e calçadas) de Alfredo Marcondes-SP. As breves investigações elucidaram questões que perpassam os limites municipais. Essa cidade pequena, assim como muitas outras, tem como grave problema as péssimas condições das calçadas - elemento essencial para o deslocamento e, por assim sendo, para a vitalidade urbana- principalmente na cidade pequena.

A calçada, espaço público por excelência, torna-se um grande obstáculo para a manutenção da urbanidade em todo espaço urbano, não por se tratar de elemento insignificante, mas especialmente por ser tão necessária e, infelizmente, ser negligenciada. Cabe a nós inferirmos sobre as principais causas dessa situação caótica. Trata-se da ausência de mecanismos legais? As gestões municipais cumprem seu papel de gerenciar a perpetuação desse modelo irregular de calçadas na cidade? Ou seria então um problema de outra ordem? Seria correto destinar a função de executar a calçada ao proprietário do lote tratando-se de um espaço fundamentalmente público (de todos para todos)?

Em relação à disposição dos espaços públicos livres na cidade analisada sobressai a discrepância da qualidade desses espaços conforme a localização que ocupam. A região central apresenta melhores atributos ambientais comparado com os espaços localizados nas demais regiões, ausentes de maciços vegetais consolidados e pouca quantidade de mobiliário urbano. Esse modelo de reprodução de espaços públicos livres pela cidade pode estar relacionado com um esforço para suprir as exigências impostas pela legislação urbana, porém se esquece do mais importante, essas praças e pequenos parques devem ser qualificados, utilizados e reconhecidos pelos moradores do entorno, não devem ser apenas uma área vazia cuja existência se deu apenas para a aprovação de um novo loteamento.

Os apontamentos anteriores nos exigem discutir três pontos cruciais: o papel da legislação como uma valiosa oportunidade de ordenamento das pequenas cidades, a atuação dos gestores municipais como fundamental na estruturação de um município mais justo e, por fim, os desafios relacionados a implementação dessas políticas, em especial o drama orçamentário da maioria das pequenas cidades do país.

O processo de urbanização do país trouxe consigo o surgimento de áreas urbanas repletas de problemas ambientais, sociais e econômicos. Neste contexto, inserem-se todos os municípios com menos de 20 mil habitantes, isentos da obrigatoriedade de elaborarem um Plano Diretor. De acordo com o Estatuto da Cidade, a função social da propriedade urbana é obtida quando se atende às diretrizes estipuladas no Plano Diretor. Esse dado nos impõe uma reflexão pertinente: Como se alcança a função social da propriedade urbana nos pequenos municípios, estes com até 20 mil habitantes, maioria no território nacional, sendo que sequer dispõem do único mecanismo legal para tal fim?

O Plano Diretor é um valioso mecanismo do qual os gestores municipais podem contar. Se todos os municípios brasileiros até 20 mil habitantes não precisam possuí-lo, significa concluir que o fenômeno urbano brasileiro, em sua grande maioria, não conta com a obrigatoriedade legal de um mecanismo legislativo específico para o ordenamento territorial urbano, contribuindo para o agravamento de muitos problemas.

Mesmo sem instrumento jurídico, as ações dos poderes locais necessitam estar regidas pela agilidade administrativa, abordando mecanismos para resolver problemas ambientais, sociais e econômicos.

Pires, Meira e Nascimento (2017), ainda sobre este aspecto, ressaltam que “as falhas que ocorrem nos resultados de políticas públicas em geral são fruto da dissociação que se faz entre elaboração e implementação no processo de planejamento de acordo com algumas visões da prática ou escolas de pensamento” (PIRES et al., 2017, p. 04).

Tem-se, portanto, o planejamento apenas como ferramenta de fazer-se planos (OLIVEIRA, 2006). Somado a isso, percebe-se um número muito reduzido de entidades, coletivos, ONGs, ou de outros grupos de qualquer finalidade em cidades pequenas, cenário diferente daquele vivenciado nas cidades maiores. Urge salientar que somado aos fatores citados impõe-se a escassez de recursos como uma realidade recorrente existente na maioria dos municípios pequenos. Teixeira (2002) aponta que:

Com uma frágil base econômica, ao lado da ineficiência administrativa, os recursos próprios na maioria dos municípios não vão além dos 5% do total da receita. Dessa forma, a autonomia de realizar políticas próprias sem vinculação aos programas federais e estaduais é mínima (TEIXEIRA, 2002, p. 6).

Meira et al (2017), ainda sobre os recursos financeiros, especialmente para que sejam transferidos, aponta que se faz necessário o uso da posição política, do prestígio e da vinculação partidária dos gestores municipais, sem contar que os critérios de concentração de renda tributária privilegiam justamente os municípios com maior desenvolvimento econômico, aos demais resta uma ínfima parcela que precisa ser distribuída para um sem números de fins. A falta de recursos próprios implica em outro ponto que contribui para a ineficiência pública: as prefeituras possuem grande dificuldade de contratar pessoas capacitadas, bem como de capacitar e investir na formação dos atuais funcionários (Meira et al, 2017).

A inexistência de um corpo técnico bem estruturado acaba limitando o processo de tomada de decisões, quase sempre organizado ao redor do achismo político e do interesse de algumas camadas sociais de certa influência. Assim, quando se tem a necessidade de alguma política urbana, ou da elaboração de algum plano, as pequenas cidades acabam importando os modelos elaborados pelas metrópoles e cidades grandes. São muitos os desafios e obstáculos para a elaboração, execução e implementação de políticas públicas no contexto das cidades pequenas.

Ademais, elucidamos o esforço de muitos autores em evidenciar as cidades pequenas a partir de suas particularidades, por meio da escala do cotidiano e não como pequenos pontos na malha urbana do país, visto que essas cidades se transformaram muito nas últimas décadas, ultrapassando a ideia de lugares bucólicos cuja função está atrelada ao campo, mudaram com a instauração de plantas industriais e com a modernização da agricultura, No que tange o espaço público livre da pequena cidade de Alfredo Marcondes, três pontos são importantes de destacar: as calçadas em péssimo estado, o fato dos espaços públicos mais qualificados se restringirem aos locais centrais e a precariedade dos demais espaços públicos livres, especialmente em áreas mais recentes da urbanização e com a presença de conjuntos habitacionais.

5. CONCLUSÕES

Diante o exposto, as cidades pequenas, cujo território diminuto poderia ser uma facilidade na gestão do território, acabam por evidenciar o contrário: são muitos os problemas na esfera econômica, na administração pública e no âmbito legal, especificamente na ausência de leis voltadas para o zoneamento desses municípios.

Apesar dos avanços do Estatuto da Cidade e da Constituição Federal de 1988, percebe-se que a outra faceta da urbanização brasileira representada pelas cidades pequenas, em especial as que contêm até 20 mil habitantes, o que representa 70 % dos municípios, ficou esquecida pelos mecanismos legislativos no âmbito nacional, fato perceptível na paisagem desses municípios, em especial na concepção dos espaços públicos livres.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Fabíola de Oliveira. **Análise de métodos para avaliação da qualidade de calçadas**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos: USFCar, 2003.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES PÚBLICOS. 12º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito. Disponível em: <http://www.antp.org.br>

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Do Rural ao Urbano: dos arquétipos à espacialização em cidades pequenas. **Cidades Médias e Pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. Salvador: SEI, 2012, pp. 63-80.

CARLOS, Ana Fani A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo, Hucitec, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e Reestruturação da Rede Urbana – Uma Nota sobre as Pequenas Cidades. **Revista Território**, ano IV, nº 6, jan./jun., 1999.

DEGREAS Helena Napoleon; RAMOS Priscilla Goya. Espaços livres públicos: formas urbanas para uma vida pública. **X Colóquio Quapá-SEL**. Brasília, 2015.

FRESCA, Tânia Maria. CENTROS LOCAIS E PEQUENAS CIDADES: diferenças necessárias (centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias). **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, pág. 75 a 81, jan. 2011. ISSN 1984-2201. Disponível em: < <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/398> >. Data de acesso: 10 jun. 2021.

_____. Em defesa dos Estudos das Cidades Pequenas no Ensino Geografia. **Geografia**. Londrina, v. 10, nº 1, pp. 27-34, jan./jun., 2001.

GOMES, Rita de C. Da C.. Buscando Compreender as Pequenas Cidades. In: OLIVEIRA, José A. de. (Org.). **Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, pp. 125-137.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades pequenas: como defini-las?. In: OLIVEIRA, José A. de. (Org.). **Cidades Brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, pp. 138-158

MEIRA, Leonardo Herszon; PIRES, Dannúbia Ribeiro; NASCIMENTO, Maria Vitória Leal de Almeida. Regulação do uso do espaço público em cidades de pequeno porte: uma análise teórica entre as políticas públicas, a legislação e a prática. **XXXI Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transportes – ANPET**. Recife – PE, 2017.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, v. 40, p. 273-287, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **A Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. Tradução de Myrna T. Rego Viana. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1978] 2008.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Revisando o tema da pequena cidade. In: SILVA, Anieres Barbosa; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Valdenildo Pedro de. (Org.). **Pequenas cidades: uma abordagem geográfica**. Natal: Editora da UFRN, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A B C do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: FASE/ICSA/UFPA, 2009. v. 1.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Salvador: AATR**, v. 200, 2002.

VILLAÇA, Flávio. A recente urbanização brasileira. (in) CASTRIOTA, L. B. **Urbanização brasileira: Redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.